

FORMULÁRIO PADRÃO DE AUTORIZAÇÃO DE EXPEDIÇÃO DE PASSAPORTE PARA MENOR com inclusão de AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM INTERNACIONAL NO PASSAPORTE COMUM, PARA **VIAJAR COM UM DOS PAIS ou DESACOMPANHADO** (Poderes amplos)
Artigo 27 do Decreto nº 5.978/2006 e Resolução 131/2011-CNJ

Eu FLAVIO YOSHIYUKI OKABE SEKI
portador(a) do documento de identificação nº 5505159
expedido pelo(a) POLICIA CIVIL PARÁ, data de expedição 10.02.2014
CPF 914605.902-44, telefone para contato (090) 3858-2012
endereço AICHI-KEN HIRAKAWA-SHI NISSIN-CHO 2-60 APTX NISSINDA

Eu _____
portador(a) do documento de identificação nº _____
expedido pelo(a) _____, data de expedição _____
CPF _____, telefone para contato (____) _____
endereço _____

AUTORIZO / AUTORIZAMOS a expedição de passaporte para meu filho / minha filha menor abaixo qualificado (a), e a INCLUSÃO DE AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM no passaporte comum, estando o (a) menor autorizado (a) por nós, enquanto for menor e pelo prazo de validade do passaporte, a **VIAJAR DESACOMPANHADO ou COM APENAS UM DOS PAIS**, indistintamente.

Estamos cientes de que a REVOGAÇÃO expressa da presente autorização de viagem por algum dos pais implicará o cancelamento imediato e irreversível do passaporte do menor.

Menor ZAFEL YUDI ALMEIDA SEKI
sexo MASCULINO, data de nascimento 17.08.2007
natural de (cidade e UF) TOME AQU PA

Local NAGOIA, data 05.04.2024

Assinaturas:

1.

2.

CONSULADO-GERAL DO
BRASIL EM NAGOIA

BRA

BRA



065416MS



Pagou R\$ 20,00 - Ouro
JPY 3.200,00 - TEC 410.4

Consulado-Geral do Brasil em Nagôia

Solicitação nº 410.4.240405-000013

Reconheço verdadeira, por autenticidade, a assinatura neste documento de FLAVIO YOSHIYUKI OKABE SEKI - operário, residente em Hekinan, Aichi - Japão. E, para constar onde convier, mandei passar o presente, que assinei e fiz selar com o selo deste(a) Consulado-Geral.

Nagôia, cinco de abril de dois mil e vinte e quatro
(05/04/2024)


MARCELO FREITAS DE MENEZES

Vice-Cônsul

065416MS ATENÇÃO
Se o número no código
de barras for diferente,
esta etiqueta É FALSA.

- Dispensada a legalização da assinatura consular de acordo com o art. 1º, § 1º do Dec. 8.742/2016.
- A presente legalização não implica aceitação do teor do documento.